



Universidade de Brasília

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

**Diferenças e semelhanças entre Português Brasileiro (PB) e Português Europeu (PE) –
Visão panorâmica entre a sociohistória e a estrutura dessas línguas**

Gustavo Carvalho Cardoso

BRASÍLIA

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LINGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS –LIP

Diferenças e semelhanças entre Português Brasileiro (PB) e Português Europeu (PE) –

Visão panorâmica entre a sociohistória e a estrutura dessas línguas

Gustavo Carvalho Cardoso –

Graduando em Letras – Português (Licenciatura) pela Universidade de Brasília (UnB)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do grau de LICENCIADO EM LETRAS.

ORIENTADORA: Professora Doutora Ulidete Rodrigues de Souza Rodrigues.

BRASÍLIA, 2015.

Aos falantes de *Língua Brasileira*.

AGRADECIMENTOS

A Deus. À família. À Universidade de Brasília. Às educadoras e aos educadores que despertaram em mim o gosto pelo estudo de línguas e literaturas. Às mestres e aos mestres que contribuíram para a realização deste trabalho.

Diferenças e semelhanças entre Português Brasileiro (PB) e Português Europeu (PE) – Visão panorâmica entre a sociohistória e a estrutura dessas línguas

RESUMO: Este artigo propõe uma revisão de fatores sociohistóricos e estruturais que aproximam e, por vezes, distanciam o Português Brasileiro (PB) do Português Europeu (PE). A finalidade deste trabalho é levantar e destacar indícios encontrados na história e na língua que possam legitimar a diferenciação, apesar das muitas semelhanças e da base comum entre as línguas em comparação. Além disso, pretende-se estender a discussão para o impacto de estudos desse gênero às salas de aula de Educação Básica no Brasil. Este estudo situa-se na área da Sociolinguística, tendo como referências Bagno (2009, 2013), Barne (2000), Bortoni-Ricardo (2005), Houaiss (1992), Kato (1996), Lucchesi (2004), Teyssier (2007), Naro&Scherre (2007), entre outros. A conclusão expõe o posicionamento do autor acerca das diferenças entre PB e PE e a relevância desse posicionamento para a realidade das salas de aula, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Português Brasileiro, Português Europeu, distinções, semelhanças, Educação Básica, Sociolinguística.

ABSTRACT: This article proposes a review of socio-historical and structural factors that approach and sometimes distant from the Brazilian Portuguese (BP) of the European Portuguese (EP). The purpose of this work is to raise and highlight evidence found in the history and language that could legitimize the differentiation, despite the many similarities and common ground between the languages in comparison. In addition, it intends to extend the discussion to the impact of studies like this to Basic Education classrooms in Brazil. This study lies in the area of Sociolinguistics, and the following authors are some of the referential used as Bagno (2009, 2013), Barne (2000), Bortoni-Ricardo (2005), Houaiss (1992), Kato (1996), Lucchesi (2004), Teyssier (2007), and Naro&Scherre (2007), among others. The conclusion exposes the positioning of the author about the differences between PB and PE and the importance of this position to the reality of classrooms in Brazil.

KEYWORDS: Brazilian Portuguese, European Portuguese, distinctions, similarities, Basic Education, Sociolinguistics.

1. INTRODUÇÃO

Português ou brasileiro? – Este questionamento, longe de estar restrito à esfera de estrutura linguística, traz à tona discussão que perpassa âmbitos ideológico, cultural, diplomático, histórico e político. Pretende-se, neste artigo, destacar alguns dos aspectos linguísticos e extralinguísticos que dizem respeito à questão.

A determinação do nome dado a uma língua, bem como a escolha da norma padrão a ser difundida, através das instituições responsáveis por essa difusão, tais como escola e imprensa, a certa comunidade linguística, acredita-se, relaciona-se mais aos aspectos extralinguísticos do que aos linguísticos, propriamente. Espera-se elucidar suficientemente bem isso, ao longo deste artigo.

Português Brasileiro e Português Europeu, ou Brasileiro e Português, como se queira, além de se distanciarem em termos de estrutura morfossintática, fonética e vocabular, são línguas utilizadas por comunidades linguísticas não apenas distantes, mas separadas geograficamente por um espaço físico considerável. Acrescente-se a isso as diferenças de constituição territorial e nacional existentes entre ambos os países. Sabendo-se isso, seria possível dizer que a confluência desses fatores é suficiente para a determinação de duas

línguas distintas? De que maneira essa determinação influencia a qualidade da educação em Língua Portuguesa, ou em Língua Brasileira, no Brasil?

A Língua Portuguesa que chega ao Brasil a partir do século XVI, juntamente com as línguas ameríndias e africanas que aqui coexistiram, bem como todas as misturas linguísticas resultantes desse processo de coexistência linguística e étnica, resulta no surgimento do *Portuguêsno Brasil*, o qual, após certo tempo, passa a ser conhecido como *do Brasil* e, depois, como *Português Brasileiro*. Isso até os anos 2010, em que se discute a possibilidade da anulação da nomenclatura *português brasileiro*, em que *brasileiro* é apenas termo acessório do sintagma, e sua subsequente substituição por *brasileiro*, apenas. *Brasileiro* deixaria de ser um termo acessório para tornar-se núcleo único do sintagma nominal até então composto por dois termos.

Essa discussão acerca da nomenclatura utilizada, obviamente, não restrita à esfera da sintaxe, somente, envolve aspectos extralinguísticos, como já se disse. Um dos objetivos deste artigo, entre outros, é contribuir para que ela se mantenha acesa não apenas no ambiente acadêmico, mas também em salas de aula de Educação Básica do Brasil, a fim de que os pequenos cidadãos brasileiros, falantes de brasileiro, saibam por que estudam Língua Portuguesa, mas falam (e muitos já escrevem) em Língua Brasileira. Apresentar algumas justificativas para a existência dessa nomenclatura, *Língua Brasileira*, é outro dos objetivos da apresentação deste trabalho.

2. Procedimentos metodológicos

Este trabalho está inserido no ramo da Sociolinguística, parte da Linguística dedicada aos estudos que relacionam variações linguísticas a fatores sociais, pelas quais determinada comunidade linguística passa, por meio da comparação entre dados coletados, sejam orais ou escritos, que legitimam a conclusão a respeito da existência e características de certa variação ou mudança linguística em determinada comunidade de fala.

Cesário & Votve(2008, p. 141) fazem referência ao estudo sociolinguístico como o que “procura verificar o grau de estabilidade de um fenômeno, se está em seu início ou se completou uma trajetória que aponta para mudança”. Será este o objetivo deste trabalho, sobretudo, no sentido de apontar fatores que corroboram a existência de mudança em curso entre duas formas dialetais da Língua Portuguesa – o PB e o PE.

Neste estudo, a ótica preponderante será a da Sociolinguística quantitativa ou, como é conhecida, a Teoria da Variação e Mudança, de William Labov (2006). Labov foi um dos principais elaboradores de um método que, contrariamente aos empregados pela corrente estruturalista e gerativista, pressupunha o estudo da língua a partir de sua heterogeneidade. Segundo ele(LABOV, 2006, p. 35), “muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua – seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada”.

A Sociolinguística incide sobre o estudo da língua falada a partir do contexto social e histórico, entre outros, em que se insere uma comunidade linguística, composta por falantes que interagem entre si por meio de uma norma que lhes é comum e, portanto, torna-se o padrão utilizado para a comunicação. O estudo sob o viés dessa disciplina, a Sociolinguística, encara a linguagem como um fato social. Isso pode parecer óbvio se se levar em conta o fato de as línguas existirem para a comunicação social, mas não tanto para os teóricos que insistem em dizer que o objeto de análise linguística é uma estrutura homogênea, ideal, que apenas simboliza o funcionamento real, dinâmico e heterogêneo, das línguas.

Será sob esse viés, que concebe estrutura linguística como algo heterogêneo e dinâmico, que as análises presentes neste artigo serão feitas. De acordo com Cesário&Votve(2008, p. 142), “a abordagem variacionista”, proposta por Labov e outros teóricos,

baseia-se em pressupostos teóricos que permitem ver regularidade e sistematicidade por trás do aparente caos da comunicação do dia a dia. Procura demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece.

Esses autores se referem a fatores linguísticos ou extralinguísticos, ou a variáveis, que se interpõem em determinada comunidade de fala, e podem compor um conjunto de fatores diferenciadores de uma variedade linguística em relação a outra.

Ainda fazendo referência a Cezário&Votre (2008), é possível estabelecer pelo menos três tipos básicos de variação linguística: a) regional – associada a distâncias espaciais, a territórios, o que permite opor o PE ao PB, por exemplo. Esse tipo de variação será o mais contemplado neste trabalho, embora referências aos outros dois, abaixo, serão feitas. Isso porque certo tipo de variação linguística nunca está completamente dissociado de outros. Pela variação linguística regional perpassa a social e a de registro, também; b) social, associada a diferenças entre grupos socioeconômicos; e c) de registro, associada ao meio através do qual um enunciado é exposto (fala, jornal, carta etc.).

Cezário&Votre(2008, p. 146; p. 146) afirmam que é preciso analisar a língua, como já foi dito, privilegiando os usos mais comuns pela comunidade linguística, sem, no entanto, pressupor que tudo é variação – “Nem tudo é variação, havendo um número enorme de elementos comuns que são estáveis”, em determinada língua. “A variação configura-se como um conjunto de elementos diferentes de outro, conjunto de outro grupo, de outra localidade ou de outro contexto”.

Da análise de variáveis ou fatores linguísticos e extralinguísticos, é possível supor ao menos duas hipóteses que serão testadas ao longo do tempo de observação de certa comunidade linguística em que coexistem. Conforme Cezário&Votre(2008, p. 150), ou há “existência de estabilidade entre variantes”, ou seja, ou elas coexistem pacificamente, sem existir sobreposição de uma em detrimento de outra, ou há “a competição entre as variantes com aumento de uso de uma das variantes”. Neste último caso, fala-se de mudança em curso, ou seja, determinada variante pode se sobrepor a outra, de maneira que seja acessada pela comunidade de fala majoritariamente e, então, se fixe à estrutura linguística dessa comunidade, modificando, portanto, parte da estrutura da língua em questão. Há casos em que a confluência de mudanças é tamanha que, enfim, o que era apenas uma variedade linguística se torna outra língua, com funcionamento peculiar e distinto, em certos aspectos, do funcionamento original, ao qual tal variedade estava ligada anteriormente.

Além dessas contribuições para a pesquisa acadêmica e para a compreensão da língua, a Sociolinguística, segundo Cezário&Votre(2008, p. 152),

cria nos (futuros) professores uma visão menos preconceituosa e incentiva-os a valorizar todos os dialetos e a mostrar à criança que o dialeto culto é considerado melhor socialmente, mas que estrutural e funcionalmente não é nem melhor nem pior que o dialeto da comunidade do aluno.

Esta observação é posta em evidência porque, para este trabalho, o prestígio social do dialeto culto, mesmo após anos de desenvolvimento da Sociolinguística, ainda continua a causar conflitos em ambientes onde os fenômenos linguísticos e sociais deveriam ser tratados de maneira lúcida e dinâmica – a sala de aula.

É válido ressaltar que, neste trabalho, a seleção de dados não será feita a partir da coleta de campo, mas de coletas que autores de outros trabalhos fizeram, com o objetivo de documentar fatores potenciais indicadores de mudança linguística. A pesquisa bibliográfica, pois, será a utilizada para se discutirem questões a respeito de variação e mudança linguística; mais especificamente, das variações linguísticas e questões de mudança existentes entre duas formas da Língua chamada Portuguesa – o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE). Nesta pesquisa, serão apresentados elementos morfossintáticos e fonéticos, sobretudo, já expostos de modo detalhado pelos autores usados como fonte referencial teórica, para essa apresentação. Além desses elementos, serão discutidas, com auxílio de outros autores,

questões ideológicas, culturais, diplomáticas, históricas e políticas que indicam tendências, analisam ocorrências e apontam algumas conclusões a respeito das variações e mudanças nas comunidades de fala portuguesa, em foco, e em outras, de fala não portuguesa, em que esses fenômenos ocorrem e poderão ser utilizados a fim de comparação.

Os chamados fatores ideológicos, culturais, diplomáticos, históricos e políticos, ou seja, extralinguísticos, fazem parte do conjunto de variáveis responsáveis por uma mudança ou pelo posicionamento de um teórico, ou de uma comunidade científica, ou de uma comunidade de fala, a respeito de conclusões acerca da suficiência de variáveis que contraponham uma língua a outra. Alguns desses fatores serão apresentados de modo mais profundo do que outros, mas todos, contemplados. Para este trabalho, são variantes tão importantes à caracterização de um fenômeno linguístico quanto a estrutura linguística responsável pela existência de variações e mudanças. A análise linguística de alguns fenômenos ocorrerá, portanto, à medida do possível, em conjunto com análises extralinguísticas ou sociohistóricas. A conclusão que este trabalho propõe acerca das duas vertentes da Língua Portuguesa – a brasileira e a europeia – também depende da consideração a essas variáveis.

3. Pressupostos teóricos

Nesta seção, espera-se trazer à luz alguns conceitos importantes à compreensão do fenômeno linguístico em análise neste artigo. O primeiro passo, nessa direção, é o da exposição dos conceitos de *variação* e *mudança*.

Antes, porém, de esclarecer o conceito de variação e mudança, é preciso falar de *variantes*. Variantes são elementos estruturalmente distintos para a expressão de um mesmo significado dentro de uma língua. As formas “a gente” e “nós”, por exemplo, são duas variantes que expressam a noção de 1ª pessoa do plural em PB. Nesse caso, há uma variável binária em análise. Em outras ocorrências, a existência de três ou mais variantes compõe um grupo de fatores denominado eneário. Assume-se o mesmo sentido para a expressão *grupo de fatores* ou *variável linguística*.

Variável linguística seria, portanto, um conjunto de variantes que duelam entre si, num momento específico da história de uma comunidade humana. Quando essa situação de instabilidade linguística, em que duas variantes se manifestam naquela comunidade em questão, percorre a trajetória referida pelos autores supracitados, chega-se a um impasse pela escolha de uma das formas presentes entre os falantes da comunidade. Essa escolha nem sempre é democrática, obviamente. As relações de poder existentes em qualquer comunidade humana influenciam e determinam, então, o estágio final do processo linguístico.

Processo esse que, no momento inicial de análise, apresentaria uma variação de uma forma anteriormente aceita pela comunidade a outra forma, inovadora, que estará sujeita a fatores linguísticos e extralinguísticos, em duelo com a forma arcaica preponderante até então. Desse duelo poderá resultar a confirmação da forma inovadora ou a sua rejeição. Quando há a aceitação generalizada da forma inovadora, é possível dizer que existe uma *mudança* em curso. Essa mudança levará algum tempo para tornar a forma em questão parte da realidade linguística, de forma mais ou menos geral, daquela população humana. Caso não haja um duelo e, no plano da realidade, ambas as formas coexistam, de maneira a uma não se sobrepor a outra, retorna-se à situação de estabilidade, existindo não uma mudança em curso, mas simplesmente uma *variação*.

As variações, quando fortemente enraizadas em subgrupos específicos, partes do grupo humano maior, dos falantes de uma comunidade social, podem gerar, por sua vez, *variedades linguísticas*. Variedades linguísticas, nesta análise, assumem o significado de *dialeto*, no sentido de sistemas linguísticos coexistentes numa comunidade humana que não são distintos o suficiente para caracterizá-los como *línguas* diferentes. Note-se que *dialeto* não carrega consigo nenhuma conotação preconceituosa, que o inferiorize diante do conceito de *língua*.

Até agora, falou-se de comunidade humana de falantes que interagem entre si por meio de um sistema linguístico peculiar que, como foi visto, apresenta variações, variedades e está sujeito a mudanças. A essa comunidade humana será dado o nome de *comunidade linguística*, em torno da qual recairá o olhar das análises feitas neste artigo.

No interior dessa comunidade linguística, que, deixe-se claro, é uma comunidade humana em que relações de poder são estabelecidas, manifestam-se certos padrões linguísticos que se sobressaem a outros. Em geral, determinado subgrupo pertencente ao grupo maior de uma comunidade linguística faz prevalecer sua variedade específica como a mais adequada a toda a comunidade sob o argumento da facilitação da comunicação entre os subgrupos e da manutenção da identidade daquele grupo, ou comunidade linguística.

A variedade sobreposta, geralmente, conquista a condição de prestígio numa comunidade linguística e a ela são feitos juízos de valor do tipo – “melhor”, ou “correta”, em oposição a “pior” ou “errada”. Esses últimos juízos são atribuídos a toda variedade que discorde da variedade sobreposta. Quanto a isso, Bagno(2013, p. 12) alerta: “muito do que hoje é tido como certo e aceitável já foi considerado errado em tempos passados; desse modo, muito do que hoje é tido como errado e inaceitável pode perfeitamente bem vir a ser considerado bom, bonito e certo no futuro”.

A variedade, portanto, “boa”, “bonita” e “certa” torna-se o padrão linguístico adotado pelos grupos mais poderosos para a comunicação entre si e o restante da comunidade linguística. O domínio desse padrão pode representar o acesso a esse grupo específico, prestigiado e poderoso. As variedades coexistentes a essa que deixa de ser, em dado momento da comunidade linguística, apenas uma variedade para ser “a” variedade, ou, o padrão linguístico utilizado por essa comunidade, assumem o estilo linguístico chamado por Bagno (2009, p. 17), no âmbito da oralidade, de *vernáculo* – “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”.

Segundo Bagno (2009), as pesquisas linguísticas devem seconcentrar no ambiente vernacular, pois é a partir dele que surgem mudanças linguísticas que, após certo tempo, tornam-se parte do sistema de uma língua, sendo perceptíveis em obras literárias consagradas e passando, portanto, a vigorar como norma culta nas gramáticas normativas, que baseiam sua exposição em elementos da literatura tradicional. Essa passagem de estruturas linguísticas, da condição periférica à de prestígio, no entanto, nem sempre ocorre de modo determinista. Durante os processos de variação e mudança, podem haver resgates de estruturas consideradas de prestígio num dado momento da história de uma língua, que deixaram de o ser para, novamente, voltarem à tona. O fato de certa estrutura deixar de fazer parte do sistema usual de uma comunidade linguística nem sempre significa ser taxada de “errada”, embora possa carregar consigo o caráter “arcaico”.

Bagno (2009) propõe, para a análise da língua portuguesa do Brasil, uma divisão em três das normas mais gerais em vigência no país – a norma padrão, a norma culta (variedades prestigiadas) e a norma popular (variedades estigmatizadas).

A primeira diz respeito ao que as gramáticas prescritivas estabelecem, a partir de exemplos de textos literários considerados consagrados, ou de variedades utilizadas em registros de comunicação oficial entre um grupo instalado no poder e os demais, como padrão norteador das comunicações entre os membros da comunidade linguística, nesse caso, brasileira.

A segunda, norma culta, diz respeito a uma variedade resultante da mistura da norma padrão com certos elementos de outros grupos poderosos que, apesar de ocuparem uma posição de destaque na estrutura sociopolítica da comunidade, apresentam alguns elementos desvirtuados do que a norma padrão estabelece como modelo.

A terceira, por sua vez, diz respeito ao conjunto de variedades que, não por acaso, são as utilizadas por membros de subgrupos marginais da comunidade linguística e, por isso, consideradas não prestigiadas. Carregam consigo, no senso comum, a alcunha de “erradas” ou “feias”.

Os estudos sociolinguísticos, como foi dito na seção anterior deste artigo, objetivam, entre outros, estabelecer a sistematização do caos aparente de que se constituem as línguas. Logo, a incidência sobre a realidade linguística de uma comunidade conduz ao estabelecimento de traços da estrutura da língua que são mais ou menos aceitos. É válido dizer que esses traços não recebem aceitação aleatoriamente; fatores extralinguísticos contribuem para essa aceitação. Não é à toa que as normas padrão e culta são ditadas pela parcela da população de uma sociedade que ocupa o poder, que se manifesta a nível ideológico, cultural, diplomático, histórico e político, entre outros, enquanto a norma popular é realizada pela parcela da população à margem dos centros das esferas de poder.

Embora haja um padrão difundido, é possível dizer que, em situações de comunicação mais descontraídas, por exemplo, mesmo os grupos de pessoas pertencentes à esfera dos mais poderosos podem utilizar algumas formas originárias de grupos linguísticos menos poderosos. A existência de diferenças entre esses grupos, que não são apenas dois, como referidos aqui de modo a ilustrar um conceito, mas vários, não significa isolamento entre si, a menos que, por questões de fronteiras geopolíticas, o isolamento espacial gere a perda de contato e, juntamente com isso, mudanças linguísticas consideráveis. As diferenças entre subgrupos não isolados entre si permitem, portanto, trocas linguísticas que inserem certos traços num determinado subgrupo da comunidade linguística.

Bagno (2009) distingue, então, dois tipos de traços linguísticos:

a) traços graduais – traços linguísticos que se difundiram, sem estigmas, entre todos, ou a grande maioria dos falantes de uma língua. São traços que fazem parte do vernáculo brasileiro mais geral; e

b) traços descontínuos – traços linguísticos que não se difundiram entre a grande maioria dos falantes de uma língua e, por estarem restritos a uma camada socioeconômica de falantes, são estigmatizados. São traços que não fazem parte do vernáculo brasileiro mais geral.

Para a análise que se pretende neste artigo, a exposição desses dados objetiva apresentar tipos de traços que podem distinguir ou igualar duas modalidades da Língua Portuguesa – a europeia e a brasileira. Existem traços graduais que fazem parte tanto do vernáculo brasileiro como do europeu. No entanto, alguns traços descontínuos, característicos do Brasil, tornaram-se graduais no ambiente vernacular brasileiro, mas não no europeu. Isso, juntamente com outras diferenças, que serão mais bem abordadas na seção seguinte deste artigo, pode representar uma mudança linguística radical em curso.

Bagno(2009, p. 34),ao expor esses dois traços, pretende dizer, tanto à comunidade de linguistas brasileiros quanto à comunidade de educadores brasileiros que

a norma padrão tradicional é um patrimônio dos povos que falam o português, e todos esses falantes têm o direito de aprendê-la, por mais distante que ela esteja dos usos reais contemporâneos. O inaceitável é querer impor esse padrão como única opção de uso da língua.

Deve-se perceber que o autor admite a existência da distância entre a norma padrão e os usos reais das estruturas da Língua Portuguesa, embora acredite ser o aprendizado da norma padrão um instrumento por meio do qual os subgrupos da comunidade linguística brasileira tenham acesso uns aos outros.

Comparando-se os dizeres de Bagno (2009) aos de Cunha (1986), é possível perceber que, na década de 80 do século passado, havia já certa concordância em relação às questões da padronização de uma variedade linguística. Cunha (1986, p. 11), fazendo uma breve junção de questões históricas referentes às divergências entre a modalidade brasileira e europeia da Língua Portuguesa, diz:

Rebentos de um mundo novo, descoberto e colonizado por povos europeus de larga vida anterior, as nações americanas amanheceram na liberdade política sem haverem construído uma pátria cultural, com as elites dirigentes de olhos fixos nos padrões europeus, concebidos então como únicos e exemplares modelos de civilização e cultura.

(...)Daí o drama dilacerante que viveram essas elites no século passado, com duas pátrias inconciliáveis – a do berço e a do espírito – e com todos os complexos, angústias e frustrações provocados pelo humilhante sentimento de bastardia.

Por meio desses trechos é possível perceber que o problema do prestígio da variedade considerada padrão é antigo. Se, hoje, a norma culta (não a padrão) brasileira apresenta certo prestígio no interior da comunidade linguística do Brasil, no início da afirmação cultural do país frente ao seu colonizador, Portugal, a norma culta do colonizador era considerada por muitos como a de prestígio.

Cunha (1986) cita exemplos de comentários da crítica à época em que José de Alencar ousava escrever algo autenticamente brasileiro, por meio de figuras e de inovações na linguagem. Faz uso desse contexto para demarcar dois tipos gerais de posições assumidas em relação a mudanças linguísticas – o dos puristas, defensores da observância às normas canonizadas oriundas da Europa, e o dos nacionalistas, que enxergam na desvinculação linguística entre o Brasileiro e o Português uma maneira de reafirmação da pátria livre.

Esses críticos puristas apresentam ideologias semelhantes às dos gramáticos prescritivos, cujo objetivo é impor uma norma, seja ela a padrão ou a culta, em face da existência de uma *gramática natural*, concebida aqui como um sistema de regras que permitem a comunicação numa comunidade linguística qualquer, ainda que dissidentes das regras prescritas pelos gramáticos referidos. Para Cunha (1986, p. 16),

uma língua é própria de uma nação quando é a que as crianças aprendem de seus pais, a que os conacionais empregam em sua vida de relação e a que seus poetas e prosadores elaboram e cultivam esteticamente para suas produções de alta cultura.

Não é, pois, a observância a normas prescritas em continente europeu que legitima o funcionamento de uma língua ou o nome que esta carrega consigo. Há alguns bons indícios que tornam a Língua Portuguesa do Brasil própria do Brasil e distinta da Língua Portuguesa europeia. Cunha (1986), fazendo uso dessa definição de propriedade da língua, no entanto, pretende afirmar que a Língua Portuguesa é tão brasileira quanto europeia. Os falantes de língua portuguesa nascidos em Portugal não são mais nem menos donos, proprietários, da língua, do que os brasileiros que nasceram na América do Sul, e que tomaram sua língua emprestada, inicialmente, tornando-se esta sua, ao longo do tempo, devido à assimilação ininterrupta pelas gerações posteriores.

Machado de Assis (1994, APUD *O Novo Mundo*, 1873, p. 1) reconheceu, já no século XIX, que

não há dúvida que as línguas se aumentam e se alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva.

Apesar disso, é somente no início do século XX que os artistas brasileiros, de forma mais incisiva, tomarão consciência do fato de a estrutura linguística do PB apresentar divergências quanto à norma padrão importada do PE. Essas divergências estarão presentes nas obras modernistas, mas, muito raramente, em tratados científicos.

Lucchesi (2004, p. 166), voltando-se à questão de variação e mudança, referindo-se às diferenças entre as concepções estruturalistas e sociolinguísticas de língua, diz que

A tarefa de determinar a sistematicidade da variação levantava a necessidade de se considerar os chamados fatores externos na análise linguística, pois o que era, no plano estritamente linguístico, aleatório tornava-se sistemático quando correlacionado com os fatores sociais e estilísticos,

Segundo ele, para a Sociolinguística, saber lidar com aspectos estruturais da língua é de extrema importância, juntamente com a capacidade de relacioná-los a fatores extralinguísticos. A proposta é a de junção. Os elementos extralinguísticos são a chave para a

compreensão de fenômenos anteriormente considerados caóticos pelas escolas linguísticas estruturalistas. Lucchesi (2004, p. 167) cita Labov (1972):

(...) uma explicação das pressões estruturais dificilmente pode contar toda a história. Nem todas as mudanças são altamente estruturadas, e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Mesmo a mais sistemática mudança em cadeia ocorre com uma especificidade de tempo e lugar que demanda uma explicação.

Em Sociolinguística, ainda segundo Lucchesi (2004, p. 170) “o objeto de estudo da linguística deixa de ser um sistema autônomo e sem história, para se tornar um produto do processo histórico de constituição da língua”.

Ora, se os processos históricos e os lugares em que duas comunidades de fala se inserem são distintos o bastante para se reafirmar a existência de dois códigos distintos, e se, juntamente a isso, elementos estruturais das modalidades linguísticas dessas duas comunidades apresentam divergências consideráveis, é possível afirmar que existem não apenas duas modalidades de uma mesma língua, ou dois grandes dialetos – o PB e o PE – mas algo a mais que isso.

O que diferencia variedades linguísticas distintas de idiomas distintos? Por que subgrupos de certa comunidade linguística foram chamados, nesta seção, de subgrupos? O que diferencia subgrupos distintos de comunidades linguísticas distintas? Espera-se, nas próximas seções, detalhar alguns pontos a respeito do fenômeno da mudança linguística entre dois subgrupos (ou seriam duas comunidades linguísticas?) distintos, da comunidade de falantes de Língua Portuguesa – os falantes brasileiros e os falantes portugueses.

4. Análise

É possível dizer, com base em trabalhos como o de Mello (2006), que a Língua Portuguesa é fruto não apenas do passado “recente”, originário do latim, mas, antes disso, de um tronco linguístico maior, do qual o latim teria surgido, chamado de indo-europeu. Devido à escassez de registros escritos, decorrente das limitações do período em questão – fala-se em algo em torno de 4000 A.C., período em que não havia língua escrita. Pelo menos, não há registros disso – não é possível detalhar elementos desse tronco linguístico. A suposição de sua existência baseia-se em semelhanças que as línguas europeias e asiáticas guardam entre si. O indo-europeu seria, então, um conjunto de idiomas mais ou menos semelhantes, do qual o latim, predominante na região italiana do Lácio, surgiu, por volta de 700 A.C.

De 700 A.C. até o século V D.C., aproximadamente, o latim, juntamente com as variações por que passou ao longo desse tempo, vigorou, sobretudo, com a ascensão do Império Romano, que difundiu a língua do Lácio por toda Europa e parte da Ásia. Neste contexto de difusão da língua latina, a maioria dos estudiosos estabelece pelo menos duas vertentes linguísticas gerais – o latim clássico, oficial, presente nos documentos do Império e nas composições artísticas, registradas por escrito, de autores latinos prestigiados; e o latim vulgar, originário das deturpações, como talvez os gramáticos puristas gostassem – e ainda hoje gostam de dizer – da língua oficial, de que derivaram o galego, o português, o castelhano, o catalão, o francês, o italiano e o romeno.

Essa diversidade linguística, portanto, é resultante da mistura da língua oficial, culta, com variedades regionais, vernaculares, acarretando mudanças morfossintáticas, fonéticas, lexicais, semânticas, em determinado contexto social, histórico e cultural. É dessa diversidade que surge a Língua Portuguesa, antes de se firmar como língua oficial, ponto a que chegaria apenas no século XIII. Antes disso, porém, duas ocorrências contribuíram para a formação da língua de Camões. A primeira delas foi a invasão dos povos germânicos à Península Ibérica e sua ocupação, entre os séculos V e VII D.C., que resultou, principalmente, em incorporações de itens lexicais à variedade latina, falada nessa região. A segunda foi a invasão e ocupação árabe à Península, do século VIII ao XV, quando foram, então, expulsos pelo movimento da

Reconquista, empreendido pelos europeus a fim de estabelecerem seu território, sua cultura e seu governo monárquico na Península.

Ataliba de Castilho, citado por Mello (2006, p. 82), diz que “se a tradição latina da península tivesse desaparecido, hoje estaríamos falando alguma variedade do árabe. Isso não aconteceu graças aos moçárabes e ao movimento da Reconquista”. Os moçárabes eram os falantes das variedades latinas, que utilizavam essas variedades em contextos familiares, e falavam também o árabe em contexto de conversação com os ocupantes árabes. Devido aos moçárabes, portanto, é que a Língua Portuguesa, ou a variedade latina que a precedeu, permaneceu durante os 800 anos de ocupação árabe nessa região europeia, ganhando *status* de língua oficial a partir do século XIII, aproximadamente. Portugal se intitula nação no início do século XII e os mouros são expulsos, por meio de batalhas, no período do século XIII até o XV, em que se iniciam as Grandes Navegações, sob o estandarte de um reino bem consolidado, independente, com uma língua oficial registrada nos documentos monárquicos e nas obras literárias de autores orgulhosamente chamados de portugueses. Perceba-se que a assunção da Língua Portuguesa como oficial, em parte da Península Ibérica, ocorre mais ou menos no mesmo período em que se consolida o Estado português. É essa Língua Portuguesa, falada pelos representantes que ao Brasil chegaram que, mais tarde, será tornada a língua oficial do Estado brasileiro.

Até praticamente o século XVIII, a língua geral, falada na costa brasileira, onde se restringiu, num primeiro momento, a colonização portuguesa, era o tupi, transposto para compêndios gramaticais pelos jesuítas, a fim de facilitar a comunicação entre europeus e índios.

O padre Antônio Vieira revela, em 1694, que as crianças nascidas no país, principalmente, filhas de mães indígenas, falavam certa variedade indígena de matriz tupi e, somente quando iam à escola, aprendiam o português. Durante as ondas migratórias de bandeirantes para o interior de São Paulo, eram as línguas indígenas as utilizadas para a comunicação com as comunidades que encontrassem.

É válido lembrar que, no processo inicial de colonização, que começou, efetivamente, em 1532, a existência de cidades era praticamente nula. Excetuando-se Salvador, primeira capital brasileira, Rio de Janeiro, tornado capital em 1763, e alguns vilarejos ao longo das capitanias, o restante do território colonizado era majoritariamente rural. Durante mais de duzentos anos após a chegada de Cabral, a educação das crianças nascidas no país foi assumida pelos jesuítas.

Não havia aqui universidades, tampouco, topografia. Os poucos centros urbanos que foram formados, nesse período inicial, exerciam função bastante limitada como representantes da cultura letrada e da intelectualidade. Somente em 1758, com o Diretório de marquês de Pombal somado às imigrações em massa de portugueses ansiosos por explorar ouro e diamante no interior do país, especificamente, em Minas Gerais, reduto ao qual muitos exploradores se dirigiram a partir do século XVIII, é que a realidade linguística do país sofreu mudança drástica.

O Diretório de Pombal legitimou a expulsão dos jesuítas, a assunção da responsabilidade pela educação no país pelas famílias portuguesas radicadas no país e a instituição da Língua Portuguesa como língua oficial, a ser, portanto, ensinada. Expulsos os protetores da língua geral, facilitou-se a tomada das rédeas da situação linguística no país pelo colonizador europeu.

No início do século XIX, mais especificamente, em 1808, chega ao Brasil Dom João VI, rei de Portugal, com 15 mil imigrantes portugueses, entre os quais, sua corte, e o intuito de tornar o Rio de Janeiro capital da monarquia de Bragança. Durante os quase catorze anos em que esteve aqui, o monarca promoveu mudanças significativas, tais como o incentivo à produção intelectual e à estruturação urbana, principalmente, da capital do país, em que se encontrava. Após seu retorno a Portugal, estava lançada ao Brasil a semente da independência formal, ocorrida em 1822.

Após a independência, a produção cultural no país apressou-se a eleger símbolos diferenciadores em relação a Portugal, assimilando, para tanto, algumas influências do que era feito em países europeus não portugueses, tais como França e Alemanha. Uma leva considerável de imigrantes europeus não portugueses, majoritariamente, italianos, após o decair de remessas de escravos africanos ao Brasil, por volta de 1850, foi responsável pelo “branqueamento” da população brasileira, fenômeno que se estende até os anos 1950, aproximadamente. Esses imigrantes europeus chegaram a um país mestiço, somando-se ao quadro de misturas étnicas e linguísticas entre índios, portugueses e africanos, ocorridas havia anos.

Esse panorama sociohistórico, por si, seria elemento que legitimaria a suposição de que a Língua Portuguesa no Brasil assumisse contornos distintos da língua de Portugal, cujos desdobramentos, devido a fatores diversos que diferenciam o decorrer do tempo lá do decorrer do tempo aqui, culminam em diferenças estruturais da língua, ou, das línguas, nos países que, um dia, foram *colonizado* e *colonizador*. Processos históricos distintos, portanto, em espaços geográficos distantes entre si, tendem a gerar realidades linguísticas distintas, ainda que os avanços comunicacionais devidos ao desenvolvimento de tecnologias tenham encurtado distâncias.

Entre as duas realidades linguísticas distintas, ou duas comunidades linguísticas distintas, em questão, a brasileira e a portuguesa, as divergências existem. A primeira delas é a sintática. Tarallo (1993), citado por Lucchesi & Lobo (1996), identifica alguns fatores sintáticos que legitimam tal diferenciação. Alguns deles serão descritos e exemplificados nos itens subsequentes de (a) a (d):

(a) *implementação de objetos nulos e o aumento da frequência de sujeitos lexicais* resultante de uma reorganização do sistema pronominal, perceptíveis na fala tanto de brasileiros com pouca ou nenhuma escolarização, quanto na fala de brasileiros ditos cultos.

Duarte (1993), citada pelos autores acima referidos, diz que a simplificação da morfologia verbal estimula a aparição de sujeitos lexicais nas construções oracionais brasileiras. O PB estaria deixando de ser, portanto, uma língua de sujeito nulo, enquanto o PE, não. Essa mudança pode estar ligada ao enrijecimento da ordem SVO (sujeito/verbo/objeto), em boa parte das construções oracionais brasileiras.

Em relação às mudanças correntes na posição sintática de objeto, é possível dizer que a realização desse elemento sintático é variável – como objeto nulo, pronome nominativo ou clítico acusativo. A primeira forma é exemplificada em:

O Pedro disse que vai passar no teste. Eu acho [isso] difícil.

A segunda, em:

A Paula já está vindo; eu já chamei ela.

E a terceira, em:

A Paula está vindo; eu já a chamei.

Duarte (1989) diz que a ocorrência de objeto nulo é mais frequente para referenciais inanimados, enquanto que a de pronome nominativo é mais frequente para referenciais animados. A presença do clítico acusativo é cada vez menos evidente em construções orais da Língua Portuguesa falada em solo brasileiro, e, em alguns casos, em construções escritas menos formais, ou literárias, que representam a fala comum dos brasileiros de hoje, apesar de ainda bem evidente em PE.

Ao falar de diferenças entre PB e PE, propriamente, Tarallo (1996) diz que há uma clara assimetria entre sujeito a objeto nos dois dialetos, nome dado ao autor às duas modalidades da Língua Portuguesa. Segundo ele, há uma assimetria completa. Para a seguinte pergunta – “Paulo viu Maria ontem?”, um falante de PB responderia, provavelmente, com um – “Sim, ele viu”, enquanto um falante de PE responderia com um “Sim, a viu”. Isso quer dizer que, ao longo da história recente do PB, a posição de sujeito tem sido preenchida cada vez mais frequentemente; e a posição de objeto, menos preenchida. Em PE, no entanto, a posição de

sujeito é cada vez menos preenchida, devido à riqueza da morfologia verbal ainda presente nesse dialeto; a de objeto, mais preenchida.

(b) *colocação dos clíticos*, os quais, em PB são utilizados geralmente em posição pré-verbal. Exemplo: *Me dá um cigarro*. A colocação pós-verbal dos clíticos, apesar de ainda existir na fala de falantes mais velhos, ou altamente escolarizados, ou em contextos formais, está notavelmente caindo em desuso, no Brasil. Lucchesi & Lobo (1996) não mencionam sequer a mesóclise, o que indica que, apesar de essa forma de colocação dos clíticos ainda se fazer presente nos compêndios gramaticais escolares, é um dos elementos praticamente ausentes da realidade linguística brasileira.

(c) *estratégias de construção de orações relativas*, basicamente, três – relativa com lacuna, como em:

Eu tenho uma amiga que é ótima.

Relativa com pronome lembrete, como em:

Eu tenho uma amiga que ela é ótima.

E em:

O vestido que eu saí com ele ontem está sujo.

E relativa cortadora, como em:

O vestido que eu saí ontem está sujo.

Tarallo (1983) diz que nas relativas com lacuna e cortadora, o *que* deve ser analisado como um complementador, assumindo a forma de conjunção integrante, não como pronome relativo. As lacunas sintáticas seriam analisadas, portanto, como categorias vazias.

(d) *ordem dos constituintes em sentenças interrogativas*. Segundo Lucchesi & Lobo (1996, p. 311), “atualmente, a frequência do padrão SV [sujeito/verbo] nessas sentenças é de mais de 90%”. Enquanto em PE, a construção:

Onde estuda o Pedro?

É mais comum, em PB, a construção:

Onde o Pedro estuda?

Ocorre em mais de 90% dos casos analisados.

Além disso, no PB falado, há uso da expressão *é que*, dita expletiva, ou do *que* na posição de núcleo. Vejam-se:

O que é que esta cooperativa produz?;

O que que você fez ontem?;

Onde que está o livro?ou

Onde é que está o livro?

A segunda divergência entre as comunidades linguísticas em questão, portuguesa e brasileira, a ser apontada neste artigo, é a fonética. Teyssier (2007) afirma que o Português no Brasil assemelha-se parcialmente ao Português Europeu, na esfera fonética, sendo limitadas as coincidências de pronúncia entre ambas as variedades. Enquanto o PE inovou certos aspectos, o PB conservou o que havia sido transmitido pelos lusitanos inicialmente. É possível apontar, porém, inovações em outros aspectos, que ocorreram à língua falada no Brasil, que destoam das inovações europeias.

Quanto aos aspectos conservadores que o PB manteve em relação ao PE antigo, mas que se configuram como diferenças entre PB e PE atuais, citam-se dois:

(a) pronúncia de –s e –z implosivos – tanto sibilantes, como o faz a maior parte do país, quanto chiados, como a população carioca o faz, principalmente, gozando prestígio por ser a antiga capital do Brasil e haver, provavelmente, recebido esse modo de falar dos portugueses que vieram com a família real para o país, no século XIX; e

(b) pronúncia das vogais átonas – *passu* (passo), *passi*(passe), *passa* (passa) são resquícios da pronúncia europeia, anterior ao século XVIII, que permaneceu no *Brasileiro*, como o autor chama a Língua Portuguesa do Brasil, mas não no PE. No último exemplo, o –a átono é pronunciado no Brasil de forma aberta, enquanto que, em Portugal, de forma fechada. Em relação a esse fenômeno, Teyssier(2007, p. 101) diz que “o conservadorismo do português

do Brasil, no que se refere às vogais átonas, é, pois, um dos pontos que mais o distinguem hoje do português europeu”.

Em relação a aspectos inovadores do PB em relação ao PE, atualmente, citam-se quatro:

(a) “na pronúncia mais corrente (há, no entanto, exceções), não existe no português do Brasil a oposição entre os timbres abertos e fechados das vogais tônicas *a*, *eeo* seguidas de uma consoante nasal: ocorre, nesse caso, apenas o timbre fechado”. Exemplo: [Antônio] – em PB, e [Antônio] – em PE. “(...) as oposições fonológicas que existem em Portugal, para essas três vogais, entre o timbre aberto e o timbre fechado, neutralizam-se no Brasil diante de consoante nasal” (TEYSSIER, 2007, p. 102; p. 102);

(b) proclíticos e enclíticos em *-e* – são pronunciados com [i] no Brasil, mas não em Portugal; ex.: *me, te, se, lhe, que, de* etc.;

(c) O *-l* velar, presente em palavras como *Brasil* ou *animal*, que se realiza no PE, transforma-se e [w] em PB, salvas algumas exceções, como a pronúncia de certas variedades do sul do Brasil; e

(d) pronúncia de *r* em final de sílaba. – Em certos registros familiares e vulgares, o Português do Brasil tende a suprimir o *r* no final das palavras, enquanto o PE, não; ex.: *doutô* (doutor), *pegá* (pegar), *fazê* (fazer).

A terceira divergência entre as comunidades linguísticas em questão, portuguesa e brasileira, a ser apontada neste artigo, é a relativa ao léxico. A menção a essas divergências objetiva apenas complementar o quadro de diferenciações estabelecido neste trabalho, resumidamente. É sabido que diferenças lexicais podem ser encontradas em dialetos de uma mesma língua, em um mesmo território nacional, ou em realidades linguísticas de subgrupos pertencentes a um grupo linguístico maior. Segundo Teyssier (2007, p. 109)

(...) é sobretudo quando se trata de identificar objetos e noções próprios à realidade brasileira, ao clima, à flora, à fauna, às tradições locais, aos costumes, à cultura popular, à vida social que o “brasileiro” manifesta a sua criatividade vocabular e fraseológica.

Nesse sentido, as línguas de origem indígena e africana são decisivas para a composição de um vocabulário caracteristicamente brasileiro, em oposição ao europeu. Abaixo, segundo Teyssier (2007), constam algumas dessas palavras, ou expressões, incorporadas à realidade brasileira:

(a) de origem tupi – *abacaxi, andar na Pindaíba, Aracaju, buriti, caatinga, caju, capim, capivara, carioca, carnaúba, cipó, cupim, estar de tocaia, Guanabara, guri, ipê, jabuticaba, jacarandá, mandacaru, mandioca, maracujá, mingau, moqueca, piranha, pitanga, quati, sabiá, Saci, sagui, sucuri, tatu, Tijuca, urubu* etc. Vale dizer que é quase consenso entre os pesquisadores de PB a apresentação do léxico brasileiro como o local em que a língua geral tupi sobrevive;

(b) de origem africana – Teyssier (2007) diz que delimitar as palavras importadas dos africanos trazidos para o Brasil é complexo, devido a certas palavras terem sido transferidas primeiramente a Portugal antes de chegarem ao Brasil, por meio dos colonizadores europeus. Ele aponta duas línguas africanas que certamente influenciaram o português brasileiro – a língua iorubá (atualmente falada na Nigéria) e o quimbundo (atualmente falado em Angola). Segundo o autor, o iorubá deixa como legado à língua brasileira palavras como *acarajé, candomblé, orixá, vatapá*; enquanto que o quimbundo, palavras como *caçula, cafuné, maxixe, mocambo, molambo, moleque, samba, senzala* etc.

Tarallo (1996, p. 59) diz que “o PB é pois o resultado da alteração do PE em contato (e esta palavra é crucial aqui) com diferentes grupos étnicos e diferentes línguas, uma situação que não leva necessariamente à crioulização, mas simplesmente à diferenciação dialetal (...)”. É a essa diferenciação dialetal que Tarallo (1996, p. 76), citando Câmara Júnior (1976), se refere:

segundo o autor [Câmara Júnior (1976)], as diferenças essencialmente refletem a existência de dois sistemas linguísticos em dois territórios distintos e geograficamente distantes. Igualmente importante é o fato de, após a variedade portuguesa ter sido trazida para o Brasil, cada sistema ter continuado sua própria evolução nem sempre coincidente um com o outro apesar dos laços sociais e culturais que unem os dois grupos. Ainda segundo o autor, a variedade brasileira pode ter sofrido influência indígena e africana aos níveis fonológico e gramatical, além de formas residuais do português arcaico que permaneceram no sistema americano.

A questão aludida neste trabalho a respeito das diferenças estruturais entre PB e PE, e dos nomes dados a sistemas gramaticais distintos, ainda que, minimamente, é, conforme o próprio Tarallo (1996, p. 99), “uma questão meramente ideológica”. Bagno(2013, p. 21) diz, também, que “o nome que se dá a uma língua é uma questão de natureza muito mais política, ideológica, cultural do que propriamente linguística”.

Ao dizer isso, o segundo autor compara dois trechos escritos, da oração do Pai-nosso, em sérvio e em croata, em alfabeto latino, e, surpreendentemente, apenas dois vocábulos, de um total de 65 em sérvio e em croata, igualmente, são distintos, entre duas línguas que são consideradas distintas pelas suas comunidades de fala, apesar da semelhança quase total, se comparados os trechos da oração referida. Segundo ele, “quando a antiga Iugoslávia se dissolveu em seis pequenos países, cada um deles quis enfatizar sua autonomia política também por meio de uma autonomia linguística (...)”. O próprio Bagno(2013, p. 22) continua:

Do ponto de vista exclusivamente linguístico, no entanto, as diferenças entre sérvio, croata, bósnio e montenegrino são as mesmas que existem, no Brasil, entre a fala de um carioca, de um capixaba, de um mineiro e de um paulista: diferenças regionais de pronúncia e de vocabulário. Nada que impeça a compreensão mútua.

Inversamente a esse processo, Bagno (2013) traz à tona a tentativa de unificação dos países árabes por meio de uma suposta língua árabe que, simplesmente, é a forma como essa língua se apresentava no momento em que o profeta Maomé redigiu o Corão, livro sagrado dos muçulmanos. Segundo o autor(BAGNO, 2013, p. 25), as diferenças entre, por exemplo, os chamados dialetos árabe padrão moderno, egípcio, iraquiano, libanês, saudita e tunisiano, “são do mesmo tipo que distinguem, por exemplo, o português do espanhol, o espanhol do catalão, o catalão do italiano etc.”.

Acredita-se, se se considerar o primeiro caso abordado pelo autor, que a frase atribuída a Max Weinreich – “uma língua é um dialeto com exército e marinha” – seja assertiva. Apesar de a realidade sociopolítica entre Brasil e Portugal ser diferente do quadro sociopolítico dos países ex-integrantes da Iugoslávia, é razoável considerar que, como se apontou anteriormente, existem mais diferenças estruturais entre as duas modalidades de Língua Portuguesa do que entre o sérvio e o croata, a partir do que foi apontado por Bagno (2013). No entanto, ambas as línguas são reconhecidas, no plano político, diplomático, e de ensino de Língua Portuguesa no Brasil, como apenas uma.

Houaiss (1992, p. 20) observa que os defensores de línguas brasileira e lusitana distintas, a partir de questões lexicais, gramaticais e de pronúncia, devem estar atentos ao seguinte:

a mesma sistemática, se aplicada contrastativamente entre (por exemplo) o cearense coloquial prático (sobretudo se de analfabeto ou apenas semialfabetizado, que nunca tenha estado fora do seu torrão natal) e o gaúcho coloquial prático (com as conotações dadas ao cearense), poderia concluir, com isenção e igualdade de julgamento, que aí também se trataria de “línguas” diferentes.

Segundo o autor citado, a alfabetização, ou, como ele mesmo diz, a literatização, como processo de ensino de práticas de leitura e de aquisição de formas consideradas padrão, que regem o universo linguístico de uma comunidade de fala, é o elemento responsável pela humanização do homem. O autor coloca ao leitor um dilema – ou esse processo de literatização é feito “dando à língua natural [concebida em sua forma vernacular, aprendida pela criança durante o processo de aquisição da língua materna] ou ao crioulo em causa o estatuto da

literatação”, ou fazendo “da língua natural ou crioulo em causa, com seu estatuto de literatação, a ponte para uma língua de cultura [concebida em sua forma padrão, aprendida pela criança durante a fase escolar]” (HOUAISS, 1992, p. 140). Ele sinaliza a adoção do segundo elemento do dilema, sob o argumento de ampliação de possibilidades comunicativas entre comunidades de fala. Mas, será que insistir nesse caráter universal da Língua Portuguesa não é uma forma de inibir a compreensão de falantes locais de si mesmos?

O próprio Houaiss (1992, p. 141) indica que

(...) nos albores do século XIX, afinal de contas, para 3,5-4 milhões de habitantes, não haveria mais de 18-20 mil (0,5%) letrados, que constituíam parte da classe dirigente e dominante, e parte dos “assessores” intelectuais dessa classe – como escritores, agregados, escrivães, escreventes, escriturários, correspondentes, comerciantes e clero. O analfabetismo ainda grassava entre senhores da terra e seus familiares.

Sendo esse o passado recente, pós-independência, do Brasil, seria de fato possível falar em um ensino de língua natural como ponte para o acesso ao modelo unificador de língua cultural – o Português?

“O ensino primário com veleidades universais se inscreve em nossa primeira Constituição (1824), mas até hoje é um objetivo que jamais foi atingido”, conforme Houaiss (1992, p. 141-142). A realidade da educação em língua natural no Brasil requer soluções, já que, partindo-se desses dados, não é tão difícil prever que o ensino de Língua Portuguesa seja realizado de maneira insatisfatória, no Brasil.

O que se propõe neste artigo, no entanto, não é apenas a mudança do modo como esse ensino é realizado, mas do padrão de língua adotado como sendo o norteador da interação linguística de milhões de cidadãos em solo brasileiro. É preciso que as variedades vernaculares presentes em território brasileiro, de forma geral, sejam incorporadas aos compêndios gramaticais, e as formas importadas de Portugal, que não fazem sentido para a comunidade de fala brasileira, sejam retiradas, ou, ao menos, lembradas como o que de fato são – arcaísmos, ou, aspectos distintos, característicos da Língua Portuguesa, não participantes da norma culta da Língua Brasileira.

Houaiss (1992) cita, em sua análise, tentativas de correção de pronúncia da língua portuguesa em território brasileiro, da segunda metade do século XIX até meados do século XX, e compara a discrepância entre o ideal propalado pelos puristas e pelas gramáticas normativas e as realizações de fala, reais. Segundo Houaiss (1992, p. 143),

entre a pronúncia (digamos) padrão do português do eixo Lisboa-Coimbra e a pronúncia real dos habitantes dessa área não haveria discrepâncias – o “culto” e o “popular” ou “demótico” coincidiam no essencial, o que não era (não é) possível no Brasil: temos já uma tradição do “correto” que discrepa de várias brechas do popular, em quaisquer pontos do território brasileiro, mesmo daqueles que supostamente serviram de base para padrões cultos de pronúncia: eram bases “corrigidas”...

Se essa discrepância existe a nível fonético e, como se tem documentado, a nível morfossintático e lexical, não seria esse o momento de elaborar novos padrões, a partir de pesquisas linguísticas e da participação de linguistas e filólogos, a regerem a realidade brasileira, dado que já bastante distinta da portuguesa? Acredita-se que, sim, esse seja o caminho a se seguir em território brasileiro, sobretudo a fim de naturalizar o ensino da norma culta de língua nacional, em solo brasileiro. Os padrões morfossintáticos, por exemplo, ainda ensinados em sala de aula, embasados em padrões lusitanos, têm de ser revistos. É preciso uma dissidência pacífica. A respeito de padrões que não mais fazem sentido à comunidade linguística brasileira, Perini (2004, p. 20; p. 20-21) diz que

A língua escrita (quem dirá a falada) está mudando a cada momento. Novas estruturas são incorporadas, velhas estruturas são descartadas; e o vocabulário vai se renovando. Para ficar só na gramática: os leitores certamente conhecem a construção mesoclítica do tipo *ajudar-me-á, dir-se-ia*. Essa construção era normal na linguagem escrita (não na falada!) até mais ou menos 1950, mas hoje em dia caiu em desuso. (...)

E que

Outra forma que raramente se encontra hoje é o mais-que-perfeito simples (*fizera*), que é substituído em toda parte por *tinha feito*. O pronome *vós*, com suas formas verbais, está extinto, e *tu* começa a desaparecer de seu último reduto, a poesia. Os pronomes aglutinados do tipo *lho*, *ma* etc. são coisa de um passado remoto. O verbo *ter* como sinônimo e substituto de *haveré* absoluto na língua falada, e já começa a se insinuar na escrita. E se alguém usar, mesmo escrevendo, *vir* como futuro do subjuntivo do verbo *ver* (*se você me vir, chame-me*) corre o risco de não ser entendido.

Houaiss (1992, p. 135) diz que “todo cultivo diversificador é temerário, como o é todo cultivo unificador (nem falar do uniformizador)”. No entanto, é preciso que haja consciência de que abrir mão da suposta unidade cultural, social e diplomática a partir da unicidade linguística acarreta a possibilidade de propor aos cidadãos brasileiros um ensino da norma culta de Língua Brasileira mais condizente, próximo à sua realidade. Isso não significa quebra irreversível de relações culturais, sociais e diplomáticas com Portugal e os outros países lusófonos, que enfrentam problemas semelhantes, ou piores, em casos em que a diversidade linguística intra-territorial é mais gritante do que a do Brasil. Significa apenas o reconhecimento de que, apesar das muitas semelhanças que, deixe-se claro, existem, e são maiores do que as diferenças, há divergências estruturais bastantes para a afirmação da existência de duas línguas distintas.

Não se pode lutar contra uma realidade que tenda à diferenciação entre duas línguas – o Brasileiro e o Português. Tal dissidência não implica o fechar dos olhos à história ou a negação das raízes de que se originou o Brasil, mas o simples reconhecimento de que as realidades linguísticas dessas duas nações, já que estes são os países em foco, neste trabalho, são divergentes, já. É preciso que os subgrupos que ocupam o território brasileiro acessem, via sala de aula, não mais modelos de estudos gramaticais importados de Portugal, mas modelos de estudos gramaticais que reflitam a norma culta brasileira, conforme a acepção de Bagno (2009), comentada na seção três deste artigo, a qual, claro, é também norma culta devido à sobreposição de uma classe dominante, porém, não lusitana, mas brasileira. A aproximação a essa norma culta e a incorporação de fatos linguísticos mais ou menos gerais, expressos por meio de tantas pesquisas linguísticas empreendidas em solo nacional, no processo de ensino defendido aqui, deve ser o norte da educação em Língua Brasileira.

Dizer isso, também, não significa ignorar aproximadamente cinco séculos de produção literária em solo brasileiro, mas enxergar essa produção como parte da história da Língua Brasileira, que passa a se distanciar de certos padrões europeus no século XIX. Toda literatura produzida no Brasil antes disso, sim, deve ser estudada. Comentários a respeito das normas estruturais desses textos precisam ser feitos pelos professores de Educação Básica sem, no entanto, a imposição dessas ou de outras, não brasileiras, ao sistema linguístico brasileiro.

Note-se que a importância do ensino de norma culta é reiterada. O que se propõe é a mudança da norma culta a ser ensinada. O processo de aprendizagem dessa norma é imprescindível para o estabelecimento de unidade e identidade nacional, entre os diversos subgrupos que compõem a comunidade linguística brasileira. Sim, todas as crianças devem ser alfabetizadas e iniciar o processo de literação (como quer Houaiss [1992]) em Língua Brasileira, cuja norma culta há de se estabelecer não apenas pela sobreposição da variedade de brasileiro falada pelos mais poderosos do país, mas pela participação conjunta de falantes, a partir de pesquisas que indiquem traços mais ou menos gerais, constantes no sistema gramatical de boa parte da população nacional e, obviamente, de linguistas e filólogos, cujo olhar deve se voltar, urgentemente, para os reflexos de seus trabalhos em salas de aula do Brasil adentro.

Repita-se: não se trata de ufanismo. Trata-se de reconhecimento natural de que, conforme Tarallo (1996, p. 99) já disse, “sem vias de dúvidas (...), pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática”.

Se em relação ao final do século XIX essa constatação é feita, no início do século XX é preciso dizer que essa posse já se encontra bem estabelecida e que existem duas línguas distintas, o Brasileiro e o Português.

5. Conclusão

Neste artigo pretendeu-se assumir que a forma como o brasileiro entende a realidade de seu mundo, o Brasil, e o mundo em que se insere, de modo geral, é distinta da de um português. Isso é dito sem nenhum pesar, até porque se trata de um fato natural a que quaisquer comunidades linguísticas ao redor do mundo estão sujeitas – a dissidência linguística.

Citam-se, aqui, a esse propósito, as profundas palavras de Perini (2004, p. 52):

cada língua é um retrato do mundo, tomado de um ponto de vista diferente, e que revela algo não tanto sobre o próprio mundo, mas sobre a mente do ser humano. Cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade.

Este artigo situa a distinção entre língua e dialeto, e entre Língua Brasileira e Língua Portuguesa, mais especificamente, a partir de pontos de vista político, diplomático, histórico, cultural e ideológico, os quais, como foi dito anteriormente, interferem bastante no modo como se organizam estruturas de línguas e dialetos e, igualmente, na forma segundo a qual a discussão a respeito de como línguas e dialetos são concebidos por certa comunidade de fala ocorre.

Assume-se que os falantes de Brasileiro e os falantes de Português, apesar de muitas semelhanças ainda existentes entre as duas línguas, representam comunidades linguísticas distintas, não dialetos ou subgrupos pertencentes a uma comunidade lusófona maior. Acredita-se que, devido às diferenças históricas apontadas neste trabalho, entre outras diferenças, seja inadequado falar em lusofonia. PB e PE, muito mais do que dialetos distintos de uma mesma língua, são duas línguas distintas, de forma que falar em Português Brasileiro torna-se sem sentido. Há, de fato, uma Língua Brasileira que assume contornos particulares, divergentes em relação à sua irmã mais próxima – a Língua Portuguesa.

De tudo o que se estudou até este ponto, ao final deste artigo, é importante ressaltar que, para complementá-lo efetivamente, seriam necessários estudos mais detalhados, que abordassem aspectos relativos à tipologia textual das duas línguas em análise, com maior profundidade, bem como o estabelecimento de diferenças entre as gramáticas internas e externas das duas línguas em análise.

Por *estudo de gramáticas internas* pretende-se a *análise minuciosa de elementos estruturais*, sob a ótica gerativista ou estruturalista, e a comparação entre esses elementos de uma língua e outra. Por *estudo de gramáticas externas* entenda-se *análise minuciosa de gramáticas descritivas e normativas das respectivas línguas*, na esfera da escrita e, quando possível, na esfera da oralidade, também. Reconhece-se que, neste artigo, faltou a minúcia desses aspectos, os quais (espera-se) estejam presentes em trabalho posterior que trate das divergências aludidas neste.

Essas faltas, no entanto, não anulam a credibilidade das reflexões, as quais, aliás, assemelham-se a algumas feitas, anteriormente, por Perini (2004, p. 42; p. 45; p. 45), para quem o conhecimento de uma língua “não se trata simplesmente de ‘uma outra maneira de dizer as coisas’ (*table* em vez de *mesa*, *te quiero* em vez de *eu te amo*), mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo”; e, mais que isso, “cada língua é a expressão de uma concepção do mundo”, e “reflete uma maneira própria de categorizar as entidades que compõem o mundo”.

6. Referências Bibliográficas

- ALKMIN, Tânia (org.). Português padrão, português não padrão e a hipótese do contato linguístico. In: *Para a História do Português brasileiro, volume III*. São Paulo: Novos Estudos, 2002.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- BAGNO, Marcos. Certo ou errado? Tanto faz! In: *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAGNO, Marcos. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BARNE, Stefan. Iberomania. Nº 51, 2000. *Existe uma língua brasileira? Uma perspectiva tipológica*.
- BAXTER, Alan N. & LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: *Revista de estudos linguísticos e literários*, nº 19, março de 1997, UFBA.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Leitura e cultura – a contribuição da Sociolinguística. In: *Nós cheguemos na escola, e agora? Sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 71-83.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CEZÁRIO, Maria Maura & VOTRE Sebastião. Sociolinguística. In: *Manual de Linguística*. MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). São Paulo: Contexto, 2008.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986.
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LOBO, Tânia; LUCCHESI, Dante. Aspectos da sintaxe do português brasileiro. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A. M. (Orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATTOS & SILVA, R. Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias para a construção de uma história. In: *Ensaios para uma sócio-história do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MELLO, Raphaella de Campos. Inculta, bela e milenar – A língua portuguesa acumula uma trajetória de 6 mil anos e ainda caminha em constante transformação. In: *História viva*. São Paulo: Duetto Editorial, 2006.
- NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- PERINI, Mário A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias & Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar no final do século XIX, in: KATO, Mary A. & ROBERTS Ian. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WEINREICH, Uriel; LABOV William & HERZOH, Marvin I. *Mudançalinguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.